

Um olhar etnográfico sobre o Vale do Rio Peruaçu/MG: a dimensão constitutiva dos saberes e fazeres da cultura local¹

Flávia Cristina Costa Vieira

(Mestranda em Museologia e Patrimônio – UNIRIO/MAST)

Resumo: Este artigo propõe um olhar etnográfico sobre o Vale do Rio Peruaçu, no norte de Minas Gerais, considerando os efeitos da criação da Unidade de Conservação Parque Nacional Cavernas do Peruaçu na memória e na identidade da comunidade do Fabião, cujo cotidiano é mediado diretamente pelo patrimônio cultural e ambiental presente na região, situando-a entre os mais variados sistemas de significação. Nesse sentido, busco estabelecer interfaces entre a narrativa da etnografia e a do romance “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa, com base nos estudos de memória, identidade e patrimônio. Nestes termos, o reconhecimento dessa dimensão constitutiva da cultura local está presente na elaboração do texto, uma vez que a compreensão do imbricamento natureza e cultura, além de sugestiva na perspectiva analítica, pode fornecer pistas para muitas questões e conflitos presentes na região, particularmente, as que se referem ao processo de desterritorialização dos moradores.

Palavras-chave: Unidade de Conservação; Parque Nacional Cavernas do Peruaçu; Patrimônio Imaterial.

Abstract: This article proposes an ethnographic look at the Peruaçu River Valley, in the north of Minas Gerais, considering the effects of the creation of the Parque Nacional Cavernas do Peruaçu Conservation Unit on the memory and identity of the Fabião community, whose daily life is directly mediated by heritage cultural and environmental presence in the region, placing it among the most varied systems of meaning. In this sense, I seek to establish interfaces between the narrative of ethnography and that of the novel “Grande Sertão: Veredas”, by Guimarães Rosa, based on studies of memory, identity and heritage. In these terms, the recognition of this constitutive dimension of local culture is present in the elaboration of the text, since the understanding of the overlapping nature and culture, in addition to being suggestive in the analytical perspective, can provide clues to many issues and conflicts present in the region, particularly, those that refer to the process of deterritorialization of residents.

Keywords: Conservation Unit; Parque Nacional Cavernas do Peruaçu; Intangible Heritage.

Este artigo é um desdobramento de minha monografia de graduação intitulada ““No Peruaçu eu não tenho uma história, eu tenho uma vida!” - Uma etnografia sobre a reorganização espaço-temporal nas vidas dos moradores da região do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/MG”, defendida em 2018, no âmbito da habilitação em Antropologia Social do Bacharelado em Antropologia Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências

¹ 44º Encontro Anual da ANPOCS: GT07 - Ciências Sociais, turismo e territórios: desafios, limites e possibilidades.

Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E também abarca alguns desdobramentos do meu projeto de pesquisa de mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) do Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), para o qual ingressei na turma de 2019.

Proponho algumas reflexões a respeito das alterações decorrentes da criação e implantação da Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP), na região norte de Minas Gerais. Nessa perspectiva, discuto como o processo de desterritorialização impôs uma reorganização da memória coletiva e espaço-temporal nas vidas dos moradores que já foram desapropriados, para além da constante insegurança em que vivem as famílias que ainda moram dentro dos limites do PNCP. As alterações em relação ao uso do solo implicaram numa exploração indireta dos recursos naturais, proibindo o consumo e a coleta dos recursos naturais e incentivando atividades econômicas baseadas no turismo.

A proposta de criação do PNCP teve início em 1986, por meio de acordos iniciados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), com o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), tendo sido efetivamente criado em 1999 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a empresa multinacional italiana FIAT. Está localizado na região do médio e baixo curso do rio Peruaçu, afluente da margem esquerda do rio São Francisco, ocupa um total de 564 km² abrange os municípios de Januária (MG), Itacarambi (MG) e São João das Missões (MG) e fica distante 653 km da capital do Estado. Sua área se sobrepõe a da Área de Preservação Ambiental (APA) Cavernas do Peruaçu, que engloba toda a bacia do rio Peruaçu, e faz divisa com a Terra Indígena Xacriabá (TIX) e a Terra Indígena Xacriabá Rancharia (TIXR) ambas já homologadas².

Em 2002 iniciaram-se os levantamentos de dados técnicos para o planejamento do Parque e o trabalho foi concluído em 2005 com a entrega, ao Ibama, do documento Plano de Manejo e Zoneamento (MMA/IBAMA, 2005). O Plano de Manejo foi aprovado em 2005. Em

² Cabe destacar que, em 2014, foi aprovado e publicado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no Diário Oficial da União, uma expansão da Terra Indígena através do Relatório Circunstanciado de Reestudo de Limites da Terra Indígena Xacriabá, que prevê que a TI sobreponha cerca de 190 km² a área do PNCP. Desde 2018 tramita uma Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal, convocando a FUNAI a concluir o processo administrativo de identificação e revisão dos limites da TI – até outubro de 2020 não houve movimentação no processo.

2010, após diversas rodadas de negociação entre o MPF, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a FIAT, foram acordados os cronogramas de elaboração dos projetos de infraestrutura e de execução das obras para implementação do PNCP, que foram executadas com a participação de mão de obra da comunidade do Fabião (I e II).

Tendo em vista a proximidade de diversas Unidades de Conservação e outras áreas protegidas na região, foi criado, em 2005, o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, que atualmente conta com uma área total de 18.200 km² - englobando 14 Unidades de Proteção Integral, 22 Unidades de Uso Sustentável e 2 Terras Indígenas. O Mosaico tem “foco na gestão integrada de áreas protegidas e suas zonas de amortecimento, e contribui diretamente com o ordenamento territorial e a valorização da identidade regional” (REMAP, 2020) e é um grande influenciador do turismo, incentivando as modalidades de turismo ecológico, o turismo de base comunitária e o turismo literário, e promovendo oficinas de formação com moradores das comunidades do território.

A comunidade do Fabião é subdividida em Fabião I e Fabião II, sendo que não há uma distância formal entre elas, porque uma faz limite com a outra – contudo, Fabião I pertence ao município de Januária e Fabião II pertence ao município de Itacarambi, sendo o rio Peruaçu a divisa natural entre ambos. No Fabião I está localizada a entrada do Parque e a sede local do escritório do ICMBio, se constituindo em um território de passagem para o público visitante do PNCP e para os próprios moradores, tendo em vista que a estrada que começa no Fabião I e segue cortando por dentro da UC, é uma das vias de acesso às demais comunidades do Vale do rio Peruaçu.

Para o desenvolvimento do trabalho utilizei os moldes da pesquisa qualitativa, baseada na investigação “*in loco*”, uma vez que esse tipo de abordagem atende a questões específicas (MINAYO *et al.*, 1994). A coleta de informações foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, às vezes, orientadas por um roteiro de questões previamente delimitado, aliada à imersão no cotidiano da comunidade. Com relação à metodologia *stritu sensu*, utilizei os meios habituais de abordagem etnográfica, estabelecendo uma rotina como a de meus interlocutores, sempre acompanhada de meu caderno de campo, meu gravador e minha câmera. Conjugando a consagrada imersão no grupo com o uso de fontes variadas, potencializando a abordagem por meio do aporte do conceito de etnografia multissituada (CESARINO, 2014; OLIVEIRA, 2018).

Nessa perspectiva, tendo em vista que “os gêneros acadêmicos e literários se interpenetram”, que o “foco na construção de textos e na retórica serve para destacar a natureza artificial e construída dos relatos culturais”, e que “a etnografia está sempre enredada na invenção, e não na representação das culturas” (CLIFFORD; MARCUS; COELHO, 2016, p. 32), busquei estabelecer interfaces entre a narrativa do meu trabalho e a do romance “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa (2001). Essa obra, de enredo fantástico e maravilhoso, se constitui numa construção imaginária e simbólica, contudo enriquecida durante o processo de ocupação das Gerais no sertão norte mineiro, onde está localizado o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu.

O norte de Minas Gerais é uma região consagrada pela contação de causos, um exemplo emblemático é a epopeia narrada por Riobaldo, um jagunço aposentado, na obra Grande Sertão-Veredas (ROSA, 2001). A população dessa região do Estado, constituída de diferenciadas matrizes étnicas, foi associando e articulando as mais variadas formas de produção material e de efeito de sentidos, que, em cada período histórico, reproduziram sobre o espaço ocupado, novas espacialidades, tais como as representadas nas paisagens no “Grande Sertão: Veredas” (ROSA, 2001) na narrativa de Riobaldo. De acordo com Santos (1994) e Santos & Silveira (2001), os períodos históricos podem ser reconhecidos através de aspectos do território, comprovados pela existência de uma organização da vida política, econômica e social.

Entre as localidades descritas no romance, o Liso do Sussuarão e o Rio São Francisco são as mais importantes. A primeira, por evidenciar as mudanças ocorridas em Riobaldo após o suposto pacto com o demônio: "Se passou como se passou, nem refiro que fosse difícil-ah; essa vez não podia ser!". A segunda, por representar uma divisão na história do narrador-protagonista: “O São Francisco partiu minha vida em duas partes”. O cotidiano dos moradores do Fabião (I e II) é mediado diretamente pelo patrimônio natural e cultural presente na região, dentre estes, o rio São Francisco tem uma importância fundamental, haja vista que um de seus afluentes é o rio Peruaçu – que é a divisa entre as comunidades.

Seguindo o modelo preservacionista adotado no Brasil, diversas famílias que moravam dentro da área destinada ao Parque já foram desterritorializadas e tiveram, dentre outros aspectos, seus modos de vida totalmente reorganizados pelo Estado. De acordo com Antonio Carlos Diegues (DIEGUES, 2003), a criação destes espaços físicos é fruto de uma concepção específica de relação humanidade/natureza, proveniente de um tipo de naturalismo, denominado “naturalismo reativo”, em resposta à corrente do culturalismo. Para o

naturalismo a proteção à natureza somente seria possível afastando-a da humanidade, em ilhas onde fosse possível apreciá-la e reverenciá-la.

Nesses locais paradisíacos as pessoas iriam refazer suas energias, gastas na vida estressante das cidades; de certa forma reproduzindo o “mito do paraíso perdido”, local buscado pela humanidade após sua expulsão do Éden. Diegues (DIEGUES, 2003) denomina mito moderno, ou neomito, a existência de um mundo natural selvagem intocável e intocado, impregnado pelo pensamento racional. O autor afirma que essa ideia da natureza em seu estado puro não existe e que as regiões naturais, na realidade, correspondem a áreas que passaram por intenso manejo por humanos.

O acelerado ritmo de degradação ambiental culmina na diminuição sistemática dos ecossistemas, assim a criação de Unidades de Conservação surge como uma alternativa compensatória à essas perdas decorrentes do processo de urbanização e industrialização (MUNGAI, 2008). De acordo com Rômulo Barbosa & Fabio dos Santos (2008), no norte de Minas começaram a ser criadas UC no final da década de 1990, como compensação ambiental e destacam que a importação desse tipo de área protegida desde o início sofreu resistências das populações locais.

No Norte de Minas não foi diferente, a chegada dos parques acompanhados de variadas regras, no sentido de desapropriações e restrições de uso do solo, foi recebida com mobilizações por parte das comunidades locais, como forma de garantir o direito de permanência nesses espaços que já ocupavam a várias gerações. (BARBOSA; SANTOS, 2008, n/p)

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000) prevê que a criação de quaisquer UC devem ser precedidas de consulta pública, fornecendo informações necessárias e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas, bem como de estudos técnicos. Contudo, conforme apresentado anteriormente, o PNCP foi criado em 1999, então não foi realizada a consulta pública aos grupos diretamente afetados, porque a Lei 9.985, que institui SNUC, é de julho do ano 2000. O processo de criação e implantação do PNCP (à época gerido pelo IBAMA) se deu de forma violenta e agressiva, gerando insatisfação com a ausência de consulta prévia a respeito da criação do PNCP e da desterritorialização violenta de diversas famílias de seu território.

O caráter autoritário e impositivo que definiu as ações de criação e implantação é rememorado de forma muito contundente, apontando para a ausência de informes,

transmissão de conhecimento e, principalmente, de diálogo com a comunidade. Haja vista que, durante um tempo, esta ficou alheia ao processo em tramitação e da tomada de decisões sobre a área, sendo a ela logrado o papel de receptora passiva de decisões políticas e jurídicas previamente determinadas, que atingiram diretamente as vidas de cada um dos indivíduos dessa coletividade.

De acordo com Milton Santos (1999) o conceito de espaço geográfico é constituído por espaço-tempo, abarcando o espaço como coexistência de tempos distintos, sendo categorias indissociáveis e ligados à reprodução das relações sociais. A antropóloga Veena Das (1996) utiliza o conceito de Evento Crítico para empreender análises a respeito das transformações no espaço pelo qual vidas de pessoas foram alteradas, resultando em novos modos de ação. De acordo com a autora, a descrição desses eventos críticos numa etnografia contribui para colocar em primeiro plano essas análises, valorizando “as dimensões performativas da linguagem e de seu jogo relacional e mutante” (MISSE *et al.*, 2012, p. 335).

O conceito de Evento Crítico viabiliza o estudo do silenciamento do sofrimento e das linguagens que resistem, abarcando os processos políticos que os conformam, indagando como a violência se faz presente nas experiências individuais e coletivas (MISSE *et al.*, 2012). Assim, as análises das consequências decorrentes da criação do PNCP, nas vidas das pessoas, sob a perspectiva do espaço e da própria cronologia temporal de acontecimentos, remetem à forma como as percepções do próprio Evento Crítico foram alteradas, a uma re-descrição desses acontecimentos.

O antropólogo Keith Basso (1988) propõe que, nem a paisagem e nem a linguagem, podem ser ignoradas numa etnografia, pois as formas e contornos do ambiente, assim como os sons e mudanças de cadência do discurso dos interlocutores lançam-se sobre a antropóloga com um vigor inescapável. Contudo, apesar de todos os efeitos sensoriais deste aspecto, muitas vezes ambiente e discurso parecem fora do alcance do entendimento. Isso se deve ao fato de a antropóloga ser ignorante em relação à percepção geográfica e às narrativas de eventos locais.

Basso (1988) reflete acerca da importância do reconhecimento de que os entendimentos locais são moldados a partir do compartilhamento de determinado repertório cultural local e que, sabendo pouco ou nada acerca disso, a capacidade de atribuição de sentido apropriado por parte da antropóloga é deficiente. Pois ela vê a paisagem e escuta as narrativas, mas não é capaz de interpretar seus significados. Assim a atribuição de valor e de significância são resultantes dos sistemas de apreensão e interpretação. Esses sistemas operam

sob uma lógica flexível acerca do conhecimento do ambiente físico, de como agir e transitar, sendo simbolicamente monitorados, socialmente transmitidos e aplicados individualmente.

Essa relação entre as pessoas e o meio ambiente não se constitui numa realidade externa, nem uma coleção de coisas isoladas (CHAUÍ, 2000), pois não há separação entre humanidade e natureza (ACSERALD, 2004). De acordo com Tim Ingold (1993) a paisagem conta uma história e se compõe como um todo, onde não existem vazios, concebendo um mundo conhecido para aqueles que a habitam, vivem em seus lugares (BASSO, 1988) e transitam em seus caminhos, conectando-os.

Nesse sentido, declarações relacionadas a paisagem podem ser empregadas estrategicamente para transmitir mensagens indexadas sobre a organização das relações e as bases normativas sobre as quais essas relações estão sendo negociadas, que Basso (1988) denomina como âncoras ou pílulas. Indiretamente os membros da comunidade colocam suas paisagens para trabalhar, interagir, e a forma como fazem isso traz à superfície outros assuntos para além da geografia local, através do uso dessas âncoras ou pílulas.

Um dos meus interlocutores faz uso desse recurso quando lança mão de sua percepção da paisagem e narra que a Europa teria descoberto que o rio Peruaçu [entendido aqui enquanto o espaço geográfico e simbólico] têm propriedades específicas e secretas capazes de curar pessoas acometidas pela loucura e que, por isso, comprou muitas terras na região para construir “fazendas de cura”. Essa âncora utilizada por ele remete especificamente para a presença da empresa italiana FIAT na região, que foi responsável pela compra de uma área dos seis mil hectares de terras onde se encontram o núcleo principal de cavernas do PNCP.

Essas propriedades curativas, relacionadas com aspectos da paisagem, estão presentes também no “Grande Sertão: Veredas” (ROSA, 2001), quando Riobaldo narra que, para sarar de uma doença, sua mãe fez uma promessa que incluía preencher uma cabaça com metade de uma esmola e jogar no rio São Francisco, para que ela fosse levada pelas águas. Então, tanto na narrativa de Guimarães Rosa, quanto na narrativa de meus interlocutores do Fabião, a cura é um assunto intimamente ligado à paisagem, aos ciclos da natureza. Basso (1988) propõe que a paisagem em que as pessoas moram, pode ser considerada habitando nelas e, na profundidade intemporal dessa reciprocidade permanente, as pessoas e a paisagem são virtualmente uma só. Nesse relacionamento recíproco, os indivíduos incorporam os significados da paisagem em suas vivências.

Segundo Adriano Menezes (2016), a região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu se tornou, o que denomina, “um destino turístico literário”, onde a potencialidade de

ressignificação da obra “Grande Sertão: Veredas” (ROSA, 2001) reside na herança simbólica do universo que Guimarães Rosa narra. Ressalta também que, a grande quantidade de Unidades de Conservação e de Parques da região, fomenta o “ecoturismo”, tendo em vista que as paisagens e, inclusive os moradores dos territórios do Mosaico, tem em si mesmos a capacidade de encantar os visitantes. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (2020-2032):

Os cinco segmentos prioritários considerados pelo GT como sendo os mais fortes na área do MSVP são: 1. Turismo Ecocultural; 2. Ecoturismo; 3. Turismo Literário; 4. Geoturismo; e 5. Turismo de Estudos e Intercâmbios. Cabe destacar, ainda, que a categoria “turismo de base comunitária” está ligada ao tipo de metodologia de gestão e não a um tipo de turismo em si. (...) Os atores sociais envolvidos na gestão do Mosaico consideram o turismo, principalmente com enfoque no modelo do Turismo de Base Comunitária, como uma das estratégias a serem adotadas em seus territórios. Em linhas gerais, pode-se afirmar que o Mosaico possui grande vocação para o estabelecimento da visitação em suas diversas classes e motivações, com destaque ao uso com objetivo recreativo, do qual o turismo faz parte. No entanto, a vocação espontânea e natural não significa que essas Áreas Protegidas dispõem atualmente do suficiente para a viabilização e consolidação do turismo. (FUNATURA, 2019, p. 81)

A obra de Guimarães Rosa é tomada como um recurso estratégico para “suscitar o turismo cultural e, também, para o desenvolvimento de um destino, de uma região, visando especificamente a valorização da cultural local” (MENEZES, 2016, p. 67), e isso contemplaria os moradores sob forma material e sensível (HALBWACHS, 2006). Essa memória coletiva, associada ao turismo, evocaria lembranças individuais que dizem respeito à memória coletiva. Nesse sentido, a memória individual

não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (HALBWACHS, 2006, p. 72)

Segundo Maurice Halbwachs (2006), não basta reconstituir apenas a imagem de um acontecimento passado para constituir uma lembrança, é necessário que essa reconstituição aconteça a partir do repertório compartilhado pelas pessoas do grupo. Assim, os aspectos

culturais seriam um recurso e a literatura uma das expressões da cultura local. O turismo seria, então, uma apropriação da memória coletiva, que fortaleceria os laços identitários, por meio da própria história do grupo, permitindo que expressem, nessa nova dinâmica imposta, seu passado e seu presente, inscritos tanto em suas memórias, quanto na paisagem.

Reflito que o interesse em conhecer as paisagens, presentes nas narrativas do ‘Grande Sertão: Veredas’, reside não somente nas belezas narradas por Riobaldo, mas também em suas desventuras e dissabores pelo Sertão. Nesse sentido, acredito que elaborar uma proposta turística que inclua as desventuras e dissabores da população do PNCP seria um movimento análogo ao proposto pelo “turismo literário”, tendo em vista que a “literatura pode ser um recurso bastante estratégico e rico que oferece, dentro do âmbito do turismo, um esboço do imaginário e do patrimônio cultural de uma comunidade. Tudo que esta comunidade pode oferecer-nos cultural e socialmente pode ser convertido em um fator influenciador e gerador de fluxo turístico” (MENEZES, 2010, p. 67-68).

Essa concepção de turismo que enaltece as travessias narradas na obra “Grande Sertão: Veredas” (ROSA, 2001) e deixa de lado todas as travessias dos moradores desterritorializados, equivoca-se na medida em que as paisagens não são apenas aquilo que se vê, mas são parte daquilo que as pessoas são e daquilo que viveram. O espaço assume a densidade do contexto histórico (SANTOS, 1996), evocando em cada localidade situações e acontecimentos que acionam mecanismos mnemônicos das pessoas que habitam aquela paisagem, de maneira que essa paisagem as habita simultaneamente (BASSO, 1988). Acredito que incluir as referências sobre a vida que possuíam, bem como os lugares de memória inscritos na paisagem (BASSO, 1988), poderia refinar o “ecoturismo”, na medida em que o espaço é o resultado da ação das pessoas sobre ele, intermediados por aspectos naturais e artificiais (SANTOS, 1999).

A dinâmica de subsistência da comunidade foi profundamente alterada com a criação do PNCP e o processo de desterritorialização. As famílias tinham suas vidas ligadas a terra (plantando, colhendo, cuidando de fazendas, de criações de porco, galinha e gado), passaram a não poder mais transitar livremente nestes territórios, e suas vidas foram ligadas à dinâmica do turismo (transformando suas casas em receptivos turísticos, trabalhando como condutores ambientais dentro do Parque, brigadistas de incêndio, guarda-parque ou terceirizados no ICMBio, IBAMA, prefeituras municipais, etc).

O reordenamento espaço-temporal, ao implicar na alteração da dinâmica de subsistência das famílias e colocar em primeiro plano o aspecto turístico da região como principal fonte de renda, deixando de lado o histórico de desterritorialização e violências

sofridas, enfatizando o “ecoturismo” e o “turismo literário”, homogeneiza a paisagem e as pessoas que a compõem. Neste sentido, acredito que fomentar uma prática do turismo que inclua as pessoas com suas experiências e vivências, valorizando seus conhecimentos inscritos nas paisagens e revelados por meio das âncoras que acionam ao tecer suas narrativas, seria uma possibilidade de reconhecê-los como protagonistas e não somente como sujeitos afetados e silenciados.

Referências Bibliográficas

ACSERALD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Brasil: Relume-Dumará, 2004.

BARBOSA, Romulo Soares; SANTOS, Fábio Dias dos. As Unidades de Conservação e o encurralamento das populações locais no Norte de Minas. 2008. **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural** [...]. Rio Branco, Acre, Brasil: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. p. n.p. Available at: <https://ideas.repec.org/p/ags/sbrfsr/109655.html>. Accessed on: 2 Sep. 2020.

BASSO, Keith H. “Speaking with Names”: Language and Landscape among the Western Apache. **Cultural Anthropology**, USA, vol. 3, no. 2, p. 99–130, 1988. Available at: <http://malavika.pbworks.com/f/Keith+Basso-+“Speaking+with+Names”.pdf>. Accessed on: 5 Sep. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União República Federativa do Brasil**, 18 Jul. 2000. Available at: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Accessed on: 2 Sep. 2020.

CESARINO, Letícia. Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação sul-sul brasileira. **Horizontes Antropológicos**, vol. 20, no. 41, p. 19–50, Jun. 2014. DOI 10.1590/S0104-71832014000100002. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000100002&lng=pt&tlng=pt. Accessed on: 22 Aug. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Um convite à filosofia**. São Paulo, Brasil: Ática, 2000.

CLIFFORD, James; MARCUS, George; COELHO, Maria Cláudia. **A escrita da cultura – Poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro, Brasil: EdUERJ – Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Available at: <https://eduerj.com/eng/?product=a-escrita-da-cultura-poetica-e-politica-da-etnografia>. Accessed on: 5 Sep. 2020.

DAS, Veena. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India**. USA: Press, Oxford University, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3ª. São Paulo: Hucitec, 2003.

FUNATURA. Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (2020-2032). Brasil, , p. 198, Dec. 2019. .

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Brasil: Centauro, 2006.

INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, vol. 25, no. 2, p. 152–174, 15 Oct. 1993. DOI 10.1080/00438243.1993.9980235. Available at: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00438243.1993.9980235>.

MENEZES, Adriano Teles de. **O Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu: a resignificação de Grande Sertão: Veredas pelo turismo literário**. 2016. 140 f. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social - Teoria, Método e Criatividade**. 21ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Editora Vozes, 1994.

MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patricia; PEREIRA, Pedro Paulo; FELTRAN, Gabriel; MALVASI, Paulo. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevista com Veena Das. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Brasil, vol. 5, no. 2, p. 335–356, 2012. Available at: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7331>. Accessed on: 5 Sep. 2020.

MMA/IBAMA. **Plano de Manejo Parna Cavernas do Peruaçu (Portaria nº 90, de 28 de dezembro de 2005)**. Brasil: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Available at: <https://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2078:parna-cavernas-do-peruacu>. Accessed on: 5 Sep. 2020.

MUNGAI, Mariana França. **Mosaico de interesses, representações e conflitos: o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu-MG**. 2008. 201 f. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Available at: <http://hdl.handle.net/1843/MPBB-7YKJWW>. Accessed on: 20 Aug. 2020.

OLIVEIRA, Luciana de. Etnografia, pesquisa multissituada e produção de conhecimento no campo da comunicação. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, vol. 5, no. 10, p. 72–81, 2018. Available at: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/15735>. Accessed on: 5 Sep. 2020.

REMAP. Rede de Mosaicos de Áreas Protegidas. Conceitos - Instrumentos de Gestão. 2020. Available at: <https://redemosaic.com.br/conceito/>. Accessed on: 5 Sep. 2020.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. 3rd ed. São Paulo, Brasil: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo, Brasil: Editora Record, 2001.